

# A DINÂMICA DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO E TRANSNACIONALIZAÇÃO MUNDIAL: novos desafios

Eduardo Langer<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo procura contextualizar a dinâmica da formação e da reestruturação da sociedade civil organizada no processo de inter-relação com o mercado e com o Estado através da análise do processo relacional entre Estado, Mercado e Sociedade no contexto histórico-social, econômico e político internacional. Assim, o artigo busca mapear a importância e a dinâmica de transformação do papel desses atores na concepção e incorporação da dimensão social pelo mercado, apresentando um debate sobre as potencialidades e os perigos dessas mudanças. Isso se deu, inicialmente através de pressões dos ativistas e dos movimentos sociais sobre o Estado e o mercado, e a partir da década de 1990 com o desenvolvimento do conceito de sociedade civil organizada, e posteriormente o conceito de 'Terceiro Setor', inserindo a sociedade nas relações setoriais entre Estado (1º setor) e mercado (2º setor).

**Palavras Chaves:** Sociedade Civil, Terceiro Setor, Estado-mercado-sociedade

**ABSTRACT:** This article seeks to contextualize the dynamics of the formation and restructuring of organized civil society in the process of interrelationship with the market and the State through the analysis of the relational process between State, Market and Society in the historical-social, economic and political context International. Thus, the article seeks to map the importance and dynamics of transforming the role of these actors in the conception and incorporation of the social dimension of the market, presenting a debate about the potentialities and the dangers of these changes. This was done, initially through the pressures of activists and social movements in the state and the market, and from the 1990s onwards with the development of the concept of organized civil society, and later the concept of 'Third Sector', inserting the society in the sectoral relations between the State (1st sector) and market (2nd sector).

**Key Words:** Civil Society, Third Sector, State-market-society

## INTRODUÇÃO

O processo histórico de formação das organizações sociais, como representantes da sociedade apresenta relação constante com o Estado e o mercado. Inicialmente, as ONGs detinham um viés político direcionado primordialmente para questões de direitos humanos e cidadania. Posteriormente, em função da globalização e outros fatores, as ONGs estreitaram as relações com o Estado e mercado.

Num cenário de ascensão de políticas neoliberais, com encolhimento do estado de bem-estar social, existe uma corrente crítica defensora do

---

<sup>1</sup> Formado em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS-UFRRJ). E-mail: [eduardo.langer@gmail.com](mailto:eduardo.langer@gmail.com)

pensamento de que as ONGs no contexto atual estão sendo designadas para suprir essa demanda de responsabilidade do Estado. Por outro lado, há a defesa de que as ONGs possuem a potencialidade de transformação social e de atuar como um intermediário entre o Estado e a sociedade como um todo.

Nesse novo cenário de expansão da globalização e internacionalização, as organizações sociais ainda possuem um papel importante na relação com o Estado e o mercado. No entanto, encontram-se numa encruzilhada (LANDIM, 2010), sob o risco de perda de valores e sentidos (STEIL E CARVALHO, 2016), entre o papel de ser uma “alternativa” contra o modelo político-econômico neoliberal (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008), entre atuar de forma utilitarista, tornando-se um prestador de serviço (STEIL, CARVALHO, 2016), ou atuar como uma filantropia relacionada a caridade ou assistencialismo. (LANDIM, 2010). Logo, a discussão consiste em entender até que ponto há o risco da perda do seu significado original.

## CONTEXTO HISTÓRICO DA RELAÇÃO SOCIEDADE, ESTADO E MERCADO

Desde o surgimento das sociedades capitalistas liberais houve resistências por parte de alguns grupos sociais contra o mercado. Polanyi (2012, p.145) identifica que, no contexto da época do liberalismo econômico do século XIX, a sociedade emergiu em um contra movimento ao mercado liberal, ou seja, passou a tentar se proteger de seus malefícios. A sociedade passou a se auto proteger apresentando um “comportamento defensivo de uma sociedade que enfrenta mudanças”. Surge o desenvolvimento da filantropia, fruto da sensibilidade da classe média. Os movimentos sociais passam a exercer pressão sobre os Governos para uma regulação dos mercados. A partir do fim do século XIX, surge uma nova regulamentação para domesticar o livre mercado. Surgem assim as políticas públicas, voltadas para a proteção dos cidadãos do Estado.

Cappellin e Giffoni (2007) identificaram que o debate sobre o papel do mercado no contexto social surgiu nos EUA durante as décadas de 1920 e 1930, porém foi na década de 1960, em função da dinâmica social e dos movimentos sociais emergentes, que algumas grandes corporações necessitaram sair do isolamento do contexto social e adaptarem suas estratégias corporativas frente a um novo cenário que se desenhava. Com isso, o debate sobre os papéis na relação mercado e Estado se acirrou. Levando para a arena política nacional o debate sobre natureza da responsabilidade social das empresas.

A expressão ONG (Organização não-governamental) aparece pela primeira vez em documentos da Organização das Nações Unidas (ONU), no final dos anos de 1940. Eram organizações não estatais, de caráter privado, oriundo de um projeto externo, mas que ganhou muitos adeptos nos países pobres, marcando o início de uma filantropia internacional, incorporando, já neste primeiro momento, a designação de “entidades privadas sem fins lucrativos”. (STEIL, CARVALHO, 2016)

Durante a década de 1960 e 1970, nos EUA, houve muita pressão exercida sobre os atores econômicos pelos movimentos sociais, pelas Igrejas Católicas e Protestantes, pelo movimento estudantil universitário americano, grupos militantes e até mesmo pelos movimentos dos acionistas em politizar o gerenciamento social das empresas. (CAPPELLIN, GIFFONI, 2007)

Nesse mesmo período, as ONGs eram poucas, sem suporte profissional e procuravam ajudar nas necessidades dos mais pobres. Em grande parte, era uma ação filantrópica. A maioria estava baseada no Norte global, mas tinha uma presença no Sul. Em geral, eram muitas vezes ligados a outras organizações que lhes proporcionam uma base e financiamento, como instituições religiosas ou filantrópicas. Já havia interações com o Estado em torno da reforma legal, assim como com o mercado, que gerava a maioria dos recursos, transferidos através de fundações (um modelo que continua até hoje, em uma escala maior). Assim, de um modo geral, era entendido como programas voluntários, a qual não se contestava muito as ideias hegemônicas. (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008)

Bebbington (2002, p. 99) vê as ONGs não como atores e instituições da sociedade civil, mas como meios de ação para outros atores, ou seja, uma organização, que o indivíduo cria, ou em que entra, para poder fazer alguma coisa, ou ser alguma coisa (política, pessoal, pragmática, ou o que seja) que não lhe seria possível se atuasse sozinho, ou mediante suas relações sociais.

Com emersão do modelo neoliberal, alguns setores da sociedade perceberam e associavam muitas empresas como os principais agentes de desigualdades e dos efeitos da globalização econômica. Nesse contexto da década de 1970 e 1980, o conceito de Responsabilidade Social Empresarial começou a ser efetivamente desenvolvido e ganhou importância, distanciando-se em relação à perspectiva anterior, paternalista e filantrópica. (DOLCIN, 2011) O liberalismo não estimulava a prática de ações sociais pelas empresas e até as condenava, pois entendia que a caridade não contribuía para o desenvolvimento da sociedade, nem era de responsabilidade das empresas. (TENORIO, 2006:16)

Os anos 1970 também marcam a emergência de um novo sentido que se agrega ao conceito de ONG, enfatizando valores e conceitos como desenvolvimento social, cidadania e sociedade civil. Principalmente por ocasião da “I Conferência sobre o Meio Ambiente” em 1972 em Estocolmo. (STEIL, CARVALHO, 2016, p.2) Surge e ganha força o termo “organizações da sociedade civil sem fins de lucro”, que se estruturam em torno de objetivos públicos, porém geridas por agentes privados, constituindo o chamado “Terceiro Setor”. Um novo agente distinto das instituições do Estado e do mercado (SHOMMER, 2000, p.146). O conceito ganhou visibilidade e relevância política estratégica a partir dos movimentos de transição democrática tanto na Europa Oriental como também na América Latina (LANDIM, 2010, p.41)

Assim, a partir dos anos 1970 consolidam-se as redes de organizações sociais que vão construindo um campo de identidade comum, com o indispensável apoio de setores da Igreja e na construção da distinção com

relação ã chamada filantropia, caridade ou assistencialismo, tornando-se assim, as práticas e projetos politizados ao assumir o sentido básico de criação de organizações populares e de contra poderes. (LANDIM, 2010, p.26)

Na década de 1980 houve a aceleração do crescimento das ONGs e a consolidação de programas de financiamento por parte dos Estados e das sociedades do Norte global para institucionalizar projetos sociais no âmbito das suas carteiras de ajuda nacionais. Refletindo o impacto geopolítico, o setor tornou-se cada vez mais crítico, defendendo a ideia de que era imperativo que as ONGs elaborassem e contribuíssem para acordos alternativos entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008, p.12)

Os anos 1980 são caracterizados, por um lado, pela diversificação de temáticas e “sub-redes” entre as ONGs, as quais vão representar um papel na conformação dos novos sujeitos coletivos; por outro, nesse período se dará a consolidação “final” da identidade comum entre esse conjunto plural de entidades. A diferenciação com relação às entidades representativas - “ONG não é movimento” - e logo depois, na abertura política, com relação ao Estado - “ONG não substitui Estado, sua vocação é a sociedade civil” - constituiu uma etapa relevante nesse processo. (LANDIM, 2010, p.27).

Assim, o reconhecimento e visibilidade social das ONGs como organizações que criam identidade e são identificadas enquanto tal, através do tempo e em diferentes situações, em relação com outras organizações das quais se distinguem, se diferenciam, de acordo com a dinâmica dos acontecimentos em que estão envolvidas e que ao longo das conjunturas mantêm relações tensas entre distinção e semelhança, alternativa e superposição, dependência e autonomia, colaboração e conflito, com relação às organizações filantrópicas, à Igreja, aos movimentos e organizações populares representativas, aos sindicatos, partidos, universidade, Estado e mercado (LANDIM, 2010, p.22)

Neste período foi crescente a intersecção entre ONG e organizações políticas. O setor estava cada vez mais consciente de si próprio e da necessidade de colaboração com outros agentes não governamentais. As relações Norte-Sul se aprofundaram com o crescimento do setor de ONGs do Sul, em particular as que estão inseridas em instituições e redes de esquerda, religiosas e democráticas, conscientemente tentando mudar a relação Estado-Mercado-Sociedade. Além do processo de colaboração entre outros atores, como os movimentos políticos e sociais, na articulação de movimentos, instituições de apoio e ONGs dentro da luta contra as estruturas hegemônicas e repressivas que se manifestava através do Estado. (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008, p.12)

Concomitantemente, alguns governos e as forças conservadoras, principalmente norte-americanas, utilizaram de tática semelhante para apoiar elementos das forças hegemônicas e ideias contra as quais essas ONGs e movimentos políticos se opunha. Nesta fase e em discussões posteriores sobre o neoliberalismo, as ONGs desempenharam um papel tanto em estratégias de

contestar a hegemonia, bem como a consolidá-la. (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008, p.13)

Nesse mesmo contexto histórico, a qual a ortodoxia econômica neoliberal resumida no termo “Consenso de Washington” evidenciou as desigualdades entre o Norte e o Sul e as instituições internacionais defensoras do neoliberalismo como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio passaram a assumir um papel mais central como alvo de resistência, o ativismo passa a deixar a esfera local e tornar-se transnacional. Desde meados dos anos 1990, várias mudanças ligadas à integração econômica global se combinaram para expandir e ampliar o alcance do ativismo. As campanhas transnacionais e organizações de movimento sociais cresceram desta dinâmica. As novas tecnologias e a facilidade de acesso a elas aumentaram a capacidade de organizar campanhas de mobilização de forma rápida e eficaz em muitos locais ao mesmo tempo. E nesse contra movimento é incorporado boicotes à grandes corporações. (TARROW, 2005, p.6). As ONGs cresceram e se diversificaram em termos de agentes, atores, posições na sociedade e projetos, uns mais, outros menos conscientes e intencionais (LANDIM, 2006, p.32), integram associações, movimentos sociais de forma a criar grupos de pressão contra o governo. (PINTO, 2008, p.660)

Nesse contexto, a ONU é vista com esperança através de suas agendas das reuniões e convenções mundiais, e com sua publicidade mundial capaz de influenciar os governos das grandes potências econômicas mundiais. (HABERMAS, 2000) Além do fato de que a certificação da ONU, ou seja, a legitimação dos atores, seus desempenhos e de suas reivindicações, é um mecanismo importante na validação de atores não estatais. (TARROW, 2005, p.194) Novos atores de peso colocaram-se nesse processo, num movimento de atribuição de identidades às ONGs. (LANDIM, 2010, p.44)

Tarrow (2005, p.3) defende que ativismo transnacional é mais do que um reflexo contra a globalização, embora a globalização ofereça incentivos e temas para o ativismo transnacional, porém é o internacionalismo que oferece um conjunto de pontos focais e uma estrutura de oportunidades para ativistas transnacionais. Por internacionalismo, Tarrow (2005, p.8) entende como uma crescente horizontalidade de relações entre Estados, organismos governamentais e atores não-estatais, o aumento das ligações verticais entre os níveis subnacionais, nacionais e internacionais e uma estrutura formal e informal aprimorada que convida o ativismo transnacional e facilita a formação de redes de atores não estatais, estatais e internacionais. Isso se evidencia pelo papel das instituições como as Nações Unidas, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), em alianças regionais e pactos. Em redes de laços informais entre mercado e ONGs.

As ONGs nasceram com a vocação para o transnacional. Desde os anos 1980, o investimento e produção, por um conjunto de entidades e agentes, de qualificações, construção de canais, redes, formas de legitimidade no espaço do

que se vem designando como “novos circuitos de poder internacionais”. (LANDIM, 2010, p.47)

Nesse cenário, a sociedade civil surge a partir das últimas décadas do século XX em decorrência do cenário político internacional: o fim do regime da URSS, o fracasso do *welfare state* e pela ascensão de políticas neoliberais ao redor do mundo, é formada por grupos, instituições e pessoas com graus diferentes de organização, de comprometimento público e de capacidade de intervenção, para se relacionar com o Estado e com o mercado. (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008 PINTO, 2006)

Em paralelo, a crise de cooperação da década de 1990 levou as ONGs a buscarem outras fontes de financiamento, tanto nacionais, junto aos órgãos governamentais, quanto internacionais, junto aos organismos financeiros internacionais. Os novos recursos vêm com novas exigências e novos significados, produzindo impactos sobre o funcionamento das ONGs. (STEIL, CARVALHO, 2016, p.13)

Nesse desenvolvimento do entendimento de sociedade civil ocorre a imprecisão entre as noções de sociedade civil, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e ONGs. A sociedade civil é a forma de organização da própria sociedade, na qual cada indivíduo encontra seu pertencimento como um cidadão de direito e capacidade de intervenção, para se relacionar com o Estado e com o mercado. Assim, a sociedade civil pode ser vista, ou como contraponto à corrupção e a letargia do Estado, ou como o ideário revolucionário, ou por sua potencialidade, que pode levar a atribuição de capacidades que não são inerentes as suas atividades. (PINTO, 2006, p.653)

Quanto a potencialidade, a partir da metade da década de 1990 em diante as ONGs passam a ser associadas a especialmente aos conceitos de “Terceiro Setor”, de parceira e voluntariado. Fruto de um longo processo social e cultural de “disputas pelos sentidos e pelo capital simbólico”, acumulados ao longo da história destas organizações, entre diferentes agentes políticos que se situam num campo de oposições e negociações políticas. (STEIL, CARVALHO, 2016, p.4)

Assim surgem associações entre ONGs e o Estado, fazendo com que as ONGs deslocassem sua ação mediadora dos movimentos sociais para a sociedade como um todo (STEIL E CARVALHO, 2016, p.12). Com o grande crescimento das ONGs e seu potencial de construção de redes locais, regionais e globais, com a ONU ou fundações financiadoras e até grupos marginalizados, as ONGs passam a fazer a ligação entre o Estado e a Sociedade em geral (PINTO, 2006).

O termo Terceiro Setor, não é bem definido, mas basicamente é composto de organizações estruturadas, localizadas fora do aparato formal do Estado, que não são destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas, autogovernadas e envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário (FERNANDES, 2002). Para

Landim (2010) trata-se de uma teoria dos ideólogos neoliberais, que forjaram o 'conceito' que se confundia-se com a sociedade civil como um todo, isto é, tudo aquilo que não era Estado, nem mercado, e, isso implicava na diluição dos conflitos e contradições da sociedade civil.

Assim, o surgimento da chamada "sociedade civil" se deu inicialmente através de movimentos sociais autônomos e fortemente politizado com uma demanda direta da população carente organizada por bens públicos, e depois por organizações não-governamentais profissionalizadas, as ONGs, que passam a representar as demandas populares em negociações pragmáticas, tecnicamente formuladas, com os governos, dispensando a base ampliada da participação popular. (PAOLI, 2002, p.378)

#### DESAFIOS E RISCOS PARA AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DE POROSIDADE NOS LIMITES ENTRE SOCIEDADE/ESTADO/MERCADO.

A dinâmica de transformação das ONGs ao longo dos anos vem se intensificando e sua importância vai ficando cada vez mais clara. A relação com o Estado e com o mercado está mais próxima, e isso traz novos desafios para a sociedade civil organizada.

Bebbington et al. (2008, p.6) contesta essa a divisão tripartida "Estado", "Mercado" e "Sociedade Civil", por ser excessivamente normativo em vez de analítico, ou seja, a sociedade civil é entendida como uma fonte de "bom", distinto de um "mau" imputado ao Estado e ao Mercado. Tais abordagens subestimam o potencial papel do Estado na promoção da mudança progressiva, à mesma medida em que a sociedade civil é também um domínio de atividade para organizações como as OS<sup>2</sup>, OSC<sup>3</sup>, ONG, OSCIP<sup>4</sup> em suas pesquisas e projetos que por sua vez dependem de ser patrocinadas por empresas ou outras organizações oriundas do mercado. Além da fluidez dos limites entre as três esferas e a tendência crescente para as pessoas alternarem posições entre essas organizações, o governo e mercado.

Algumas correntes críticas a essas organizações sociais entendem que elas são parte integrante da sociedade civil, e não representantes da sociedade. Também há o questionamento que essas organizações se comparam a entidades corporativas dotadas de uma lógica do mercado, tal como o de prestação de serviços. (PINTO, 2006, BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008)

As "sociedades" de uma forma geral, sejam organizadas ou informais, estão imersas em redes sociais que muitas vezes são transnacionais, e concebidas como organizações distintas e separadas de seus Estados e de outras estruturas e organizações sociais, quando na prática muitas redes sociais cruzam essas fronteiras institucionais. Esses fenômenos sociais devem ser

---

<sup>2</sup> Organização Social

<sup>3</sup> Organização da Sociedade Civil

<sup>4</sup> Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

entendidos em relação a um conjunto de outras relações sociais. (BEBBINGTON, 2002)

Tarrow (2005, p.2) defende que os ativismos transnacionais formam redes e oportunidades nas sociedades ligando o local ao global. No mundo de hoje, não é possível mais traçar uma linha nítida entre a política interna e internacional. O ativismo transnacional é transformador e ativa os processos de transição entre Estados e política internacional, e essas novas formas de ação poderão fundir a disputa doméstica com a internacional.

Contudo Bebbington *et al.* (2008) apontam que nessas tendências transnacionalizadoras, há o risco de que as elites da sociedade civil venham a dominar os discursos e fluxos, que são canalizados através dessa comunidade transnacional, uma vez que os recursos (nacionais e internacionais) são oferecidos com regras específicas de utilização. Isto corrobora a ideia de que a transnacionalização das intervenções reflete as transformações estruturais no funcionamento do capitalismo internacional e da natureza dos mercados. (CRAIG E PORTER, 2006).

As ONGs vêm cada vez mais sendo tentadas a seguir regras típicas de mercado. O que faz sugerir que as ONGs estão se tornando veículos da governabilidade neoliberal disciplinando as organizações locais e as populações. (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008). Steil e Carvalho (2016, p.5) aponta que nesse novo contexto internacional de globalização, as principais fontes de recursos são provenientes dos organismos multilaterais, ligados ao capital financeiro mundial, e do mercado, que privilegiam as ONGs como parceiras e coexecutoras dos programas sociais por eles financiados, numa tentativa de substituir ou terceirizar a ação do Estado. (STEIL, CARVALHO, 2016, p.5)

Para Dagnino (2004), o processo de encolhimento do Estado e a progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil conferiria uma dimensão perversa para a sociedade civil, no sentido de atuar junto com o Estado, e servir aos objetivos do projeto que lhe é antagônico.

Bebbington *et al.* (2008, p.7) possuem uma compreensão gramsciana da sociedade civil como uma arena na qual as ideias hegemônicas sobre a organização da vida econômica e social são estabelecidas e contestadas. E que esses movimentos contra hegemônicos da sociedade podem contribuir na promoção da mudança social, como “alternativas”. Porém aponta que atualmente, com o avanço do projeto da democracia neoliberal e do livre comércio, torna-se cada vez mais difícil para as ONG e outras organizações sociais pensar ou agir fora deste contexto de relações neoliberais. Isso ocorreu com a incorporação da terminologia ONG relacionado a democracia, direitos, capacitação, participação, pobreza. Além de que ao mesmo tempo existem incentivos para as ONGs venham a se tornar parte da forma hegemônica. (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008, p.15)

Nessa linha, Pinto (2006) evidencia a natureza instável das organizações da sociedade civil, devido tanto em função dos temas dos quais se organizam,

quanto de sua instabilidade financeira, uma vez que sobrevivem por meios de projetos financiados por organizações internacionais, cooperação internacional entre países, pelo Estado ou pelo próprio mercado. Segundo Steil e Carvalho (2016, p.12) essa setorização das ONGs levou a sua valorização e ao mesmo tempo a desvalorização do Estado como ator regulador dos processos sociais e a tendência de delegar através de diversos programas sociais compensatórios ou mesmos preventivos em que as ONGs são convidadas a assumir ações de responsabilidade do Estado, mesmo não sendo capazes de sustentar políticas públicas.

Assim, Bebbington et al. (2008) destaca a tensão entre a intenção contra hegemônica e necessidade de sobreviver em suas atividades diárias. Existe uma pressão para se envolver na produção de conhecimento aplicado em vez de conhecimento que analisa as forças estruturais que criam e mantêm a pobreza, a desigualdade e as práticas ambientais insustentáveis. Soma-se ainda sobre estas “alternativas”: As pressões do neoliberalismo no Sul global e as pressões decorrentes de uma ação cada vez mais tecnocrática e utilitarista, orientado para um objetivo definido pelas agências internacionais financiadoras, inclusive por agências neoliberais, pelo Estado e pelo Mercado.

A lógica da eficácia e dos resultados, típicas do mercado, passam a definir também os critérios de pertencimento das instituições na rede das ONGs. Além da exigência de especialização da atividade desenvolvida pelos organismos financiadores estatais e multilaterais que vão legitimar as próprias ONGs. (STEIL, CARVALHO, 2016, p.11) Na tensão entre profissionalização e militância, prevaleceu a profissionalização. Assim, as ONGs existentes se reformulam para se adequar a um novo contexto de “concorrência e de mercado de serviços públicos que são vendidos por entidades privadas”. Assim, os projetos sociais surgem como a mediação privilegiada para a oferta de serviços. (STEIL, CARVALHO, 2016, p.14)

Para Landim (2010, p.43), o Terceiro Setor representa para as ONGs uma ‘identidade’ que lhes é atribuída pelo pensamento liberal ou outorgada pelo Estado. Trata-se assim, de objeto de disputa de significados. Steil e Carvalho (2016, p.14ss) entende que com a imposição da categoria Terceiro Setor se redefine o universo dos atores sociais, dentro os quais as próprias ONGs, e com isso, há o abandono de sua atuação política de contestação e resistência ao modelo capitalista dominante como traço marcante, visando retirar qualquer conotação política de sua identidade.

Este deslocamento de ênfase do “político” para o “público” tem permitido às ONGs avançarem na conquista de novas áreas de atuação, tornando-se assim mediadores da sociedade dentro de um contexto de retração do Estado de bem-estar social. Com isso, houve o deslocando da militância e da atuação política para o retorno de sua função filantrópica. (STEIL E CARVALHO, 2016, p.16) Para Landim (2010, p.44), nessa nova relação entre sociedade e mercado, a sociedade civil e as organizações voltadas à ação social tomam-se importantes objetos de *marketing* na venda de projetos referentes a uma nova agenda social,

em que a reformulação das relações entre Estado e sociedade é ponto de destaque.

Isso gerou um dilema as ONGs, que têm como desafio crucial esclarecer se querem ser uma “força funcional ao esquema de dominação” ou se acreditam ter um “papel antissistêmico na sociedade”. Trata-se de um momento de encruzilhada, principalmente no cenário brasileiro, onde a enorme diluição da identidade das ONGs que convivem com espaços de sua reafirmação, não estando claros os rumos desses processos na sociedade civil brasileira. (LANDIM, 2010, p.47)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade civil organizada encontra-se mais interligada ao mercado e ao Estado do que no início do seu processo histórico. Houve a ampliação das atividades das ONGs, e a mudança no foco de contestação para a ação junto ao Estado. Nesse processo, as relações se tornam estreitas e o Estado, na figura do primeiro setor, aglomerou as ONGs num só status de Terceiro Setor, no qual o mercado configura-se como segundo setor. Nessa dinâmica, o Estado delega ao Terceiro Setor, a realização de projetos sociais, financiados pelo mercado, sob a alcunha de responsabilidade social empresarial. O que gera, portanto, a concorrência entre as organizações sociais na busca de financiamento de seus projetos, segundo demanda ordenada pelo Estado.

O desafio atual reside na necessidade das ONGs sobreviverem e se adaptarem a essa concorrência, de forma a conciliar as novas exigências da relação entre mercado, sociedade e Estado, sem, entretanto, interferir na essência fundadora das organizações sociais, de transformação social e desenvolvimento de uma cidadania e de contestação política.

## REFERÊNCIAS

BEBBINGTON, Anthony J. Reflexões sobre a relação norte-sul na construção de conhecimentos sobre as ONGs na América Latina. In. HADDAD, Sérgio. **ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. - São Paulo: Abong, 2002.

BEBBINGTON, Anthony J.; HICKEY, Samuel e MITLIN, Diana (eds). **Can NGOs Make a Difference? The Challenge of Development Alternatives**. Londres e Nova York: Zed Books, 2008.

CAPPELLIN, Paola; GIFFONI, Raquel. As empresas em sociedades contemporâneas: a responsabilidade social no Norte e no Sul. **Caderno CRH**. Salvador, v. 20, n. 51, p. 419-434, dezembro, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010349792007000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792007000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 19/10/2016.

CRAIG, David, PORTER, Doug. **Development Beyond Neoliberalism?: Governance, Poverty Reduction and Political Economy**. Taylor & Francis e-library, Nova York, 2006, 340 p.

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? ”. In: MATO, Daniel (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en**

**tiempos de globalización.** Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004 pp. 95-110.

DOUCIN, Michel. *Corporate Social Responsibility: Private Self-Regulation is Not Enough.* **World Bank. Private Sector Opinion**, Washington, n. 24, 2011. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/11072> acessado em: 20 mar. 2015.

FERNANDES, Rubem César. **Privado Porém Público - O Terceiro Setor na América Latina** – 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

GRAMSCI, Antonio. (1971) **Selections from the Prison Notebooks.** Edited and translated by Quentin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. Londres: ElecBook, 1999.

HABERMAS, Jurgen. Realizações e limites do Estado nacional europeu. (1996) In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.297-310.

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. In HADDAD, Sérgio. **ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina.** - São Paulo: Abong, 2002.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In.: SANTOS, Boaventura Souza (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PINTO, Celi Regina Jardim. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. Dados - **Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, Vol. 49, n. 3, 2006, pp. 651 a 670.

POLANYI, Karl. **A grande transformação. As origens de nossa época.** 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHOMMER, Paula Chies. Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. **Revista Organizações & Sociedade.** Salvador, v. 7, n. 19, p. 145-160, dez. 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198492302000000300010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198492302000000300010&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 22/10/2016

STEIL, Carlos Alberto e CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. ONGs no Brasil: elementos para uma narrativa política. **Revista Humanas**, IFCH/UFRGS, 2001.

TARROW, Sidney. **The new transnational activism.** Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

TENORIO, Fernando Guilherme. (org.) **Responsabilidade Social empresarial: teoria e prática.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2006. 260p.